

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Reoneração de gasolina e diesel provocou a maior queda em oito anos. Estudo do Inesc aponta que, mesmo com recuo, incentivos ao petróleo ainda superam os destinados às fontes limpas

Subsídio a fósseis cai 42%

» RAFAELA GONÇALVES

Pela primeira vez em oito anos, os subsídios aos combustíveis fósseis recuaram de forma expressiva no Brasil. Dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) mostram que, em 2024, os incentivos ao setor de petróleo, gás natural e carvão mineral caíram 42%, somando R\$ 47 bilhões — o menor volume desde o início da série histórica, iniciada em 2017.

De acordo com o relatório “*Subsídios às Fontes Fósseis e Renováveis de Energia*”, a retração foi puxada, principalmente, pela reoneração dos combustíveis, com a volta da cobrança de PIS e Cofins sobre gasolina e diesel, medida que reduziu os subsídios ao consumo de R\$ 39,8 bilhões para R\$ 6,3 bilhões, um corte de 84%. O movimento representou uma economia de cerca de R\$ 33 bilhões aos cofres públicos e, segundo o Inesc, não gerou aumento expressivo no preço ao consumidor.

Em 2024, a gasolina subiu 10,2%, o diesel 3,4% e o etanol 20,4%, este último, pressionado pela menor produção de cana-de-açúcar e pela valorização do açúcar no mercado internacional. Ainda assim, o combustível renovável manteve competitividade. “Este é um movimento histórico. Mostra que é possível rever desonerações aos combustíveis fósseis de forma planejada, sem grandes impactos sociais”, avalia Cássio Cardoso Carvalho, assessor político do Inesc.

Enquanto os incentivos ao consumo caíram drasticamente, os subsídios à produção tiveram redução tímida, de 2,8% — de R\$ 41,9 bilhões em 2023 para R\$ 40,7 bilhões no ano passado. O Repetro, regime especial de tributação do setor de óleo e gás, continua respondendo por boa parte desse volume: R\$ 13,6 bilhões em 2024.

A reforma tributária aprovada neste ano (Lei Complementar nº 214/2025) abre, porém, uma janela para rever esse tipo de benefício. O texto criou o Imposto Seletivo, que incidirá sobre produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, e determinou que todos os regimes especiais de tributação sejam reavaliados a cada cinco anos, considerando eficiência, impacto climático e socioambiental.

Para Carvalho, as mudanças representam um avanço institucional importante. “A queda dos subsídios,



Este é um movimento histórico. Mostra que é possível rever desonerações aos combustíveis fósseis de forma planejada, sem grandes impactos sociais”



Cortar subsídios inefficientes e redirecionar recursos para fontes limpas é o caminho para uma política energética mais coerente com as metas climáticas e sociais do país”

Cássio Cardoso Carvalho,
assessor político do
Instituto de Estudos
Socioeconômicos (Inesc)

somada a esses novos mecanismos de avaliação, indica que o país começa a alinhar sua política fiscal à transição energética. É o tipo de sinal que o Brasil precisa levar à COP30”, afirma.

Fontes renováveis

Os subsídios às fontes renováveis tiveram leve alta de 3,2%, totalizando R\$ 18,6 bilhões em 2024. O destaque foi a geração distribuída — modelo em que consumidores produzem sua própria energia,

Incentivos públicos

Subsídios à energia caem 34%, puxados pela forte redução no apoio a combustíveis fósseis

SUBSÍDIOS AOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

Categoria	2023 (R\$)	2024 (R\$)	Variação (%)
Produção	41,93 bilhões	40,74 bilhões	-2,84%
Consumo	39,84 bilhões	6,33 bilhões	-84,12%
Total fóssil	81,77 bilhões	47,07 bilhões	-42,44%

SUBSÍDIOS ÀS ENERGIAS RENOVÁVEIS

Categoria	2023 (R\$)	2024 (R\$)	Variação (%)
Produção	15,93 bilhões	18,66 bilhões	+17,12%
Consumo	2,14 bilhões	0,00	-100%
Total renovável	18,07 bilhões	18,66 bilhões	+3,25%

TOTAL GERAL — FÓSSEIS + RENOVÁVEIS

	2023 (R\$)	2024 (R\$)	Variação (%)
Total	99,84 bilhões	65,72 bilhões	-34,17%

Fonte: Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos).

Nikolay Doychinov/AFP



A diminuição dos incentivos não impactou os preços ao consumidor

principalmente solar —, que recebeu R\$ 11,5 bilhões em incentivos, ante R\$ 7,1 bilhões no ano anterior.

Embora o crescimento seja visto como positivo, o Inesc alerta que o modelo traz desafios. Como a geração distribuída não é controlada diretamente pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), o aumento da oferta pode causar desequilíbrios técnicos e obrigar o desligamento temporário de usinas contratadas, fenômeno conhecido comocurtailment.

O custo dessas compensações recai, mais uma vez, sobre o consumidor. “Os subsídios precisam ser planejados para não distorcer o mercado nem penalizar quem não tem acesso a essas tecnologias”, observa o pesquisador.

Mesmo entre os incentivos fósseis, o Inesc defende a manutenção de subsídios de cunho social, como o Auxílio Gás, que atende 23% das famílias brasileiras ainda dependentes da lenha. O benefício, argumenta a entidade, tem impacto direto na



Valdo Virrao/CB/D.A Press

redução da pobreza energética e na melhoria da qualidade de vida das populações mais vulneráveis.

Descompasso

Apesar do corte expressivo, os subsídios às fontes fósseis ainda superam em mais do que o dobro os destinados às renováveis. Para cada R\$ 1 investido em energia limpa, R\$ 2,52 seguem sendo canalizados para o petróleo, o gás e o carvão. No total, os incentivos ao setor energético — fósseis e renováveis — somaram R\$ 65,7 bilhões em 2024, contra R\$ 99,8 bilhões em 2023, o que representa redução de 34%.

O Inesc recomenda que o governo avance na transparência e na definição de critérios claros para a concessão de benefícios fiscais, priorizando medidas alinhadas à transição energética justa e sustentável. “Cortar subsídios inefficientes e redirecionar recursos para fontes limpas é o caminho para uma política energética mais coerente com as metas climáticas e sociais do país”, conclui Carvalho.

CRÉDITO

Brasília lidera pagamento por aproximação

Brasília vem consolidando sua posição de destaque na adoção de novas tecnologias de pagamento. Um levantamento da Visa Consulting & Analytics (VCA), braço de consultoria da empresa, mostra que oito em cada dez transações presenciais na capital federal já são realizadas por aproximação, índice superior à média nacional, de 70%.

De acordo com os dados recebidos antecipadamente pelo **Correio**, o estudo analisou o comportamento de consumo no primeiro semestre de 2025 e apontou crescimento de 35% nas transações por aproximação em relação ao mesmo período de 2024.

Implementado em julho do ano passado, o uso de cartões bancários no transporte público foi o grande destaque do período, registrando aumento superior a 1.000% nas operações com tecnologia de aproximação — um avanço que, segundo a Visa, demonstra ampla aceitação por parte dos usuários.

No total, o número de transações com credenciais Visa em Brasília cresceu mais de 20% entre janeiro e junho de 2025, na comparação anual. Já as transações online avançaram mais de 80%, reforçando o amadurecimento digital dos consumidores.

“O avanço dos pagamentos digitais, especialmente no transporte público, mostra a maturidade tecnológica dos brasilienses e visitantes”, afirmou Tiago Moherdaui, vice-presidente da Visa Consulting & Analytics Brasil. Segundo ele, a empresa tem investido em soluções que tornem os pagamentos “mais simples e conectados ao cotidiano”, acompanhando a digitalização crescente da capital.

Além do transporte, restaurantes, fast foods, supermercados, farmácias e pagamentos de contas continuam concentrando o maior volume de transações. Já os serviços digitais surgem como um segmento emergente em expansão, impulsionado pela popularização de aplicativos e plataformas de assinatura.

A vice-presidente de Desenvolvimento de Negócios da Visa do Brasil, Vanessa Rodrigues Antunes, também destacou o protagonismo da capital na transformação digital do consumo. “A capital federal sempre foi um destaque em maturidade digital. Desde o início dos pagamentos por aproximação, Brasília se manteve à frente da média nacional”, afirmou.

Para ela, o avanço reflete um movimento mais amplo de modernização tecnológica. “Brasília tem se consolidado como uma cidade do futuro, com soluções que trazem mais conveniência e segurança nas transações digitais”, concluiu.

Visitantes

O levantamento analisou ainda o comportamento de turistas brasileiros e estrangeiros. As transações presenciais de visitantes do país e de moradores das cidades-satélites aumentaram mais de 20% em relação a 2024. Já os pagamentos realizados com cartões Visa emitidos fora do Brasil cresceram cerca de 20%, com destaque para fevereiro, que registrou alta de 30% em comparação ao mesmo mês do ano anterior.

Entre os turistas brasileiros, o estado de Goiás lidera a origem dos portadores — especialmente Valparaíso de Goiás, Águas Lindas e Luziânia —, seguido por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O estudo considerou todas as transações aprovadas em Brasília entre janeiro e junho de 2024 e o mesmo período de 2025, abrangendo pagamentos presenciais, online e por aproximação, com cartões Visa emitidos no Brasil e no exterior. **(RG)**

CONTROLE FISCAL

FMI: emergentes estão resilientes

» ROSANA HESSEL

No últimos anos, há uma resiliência maior nos países emergentes às crises globais, de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

“Historicamente, os países emergentes eram mais vulneráveis aos eventos de riscos globais, mas há uma surpresa recente na resiliência desses mercados”, disse Zhao Zhang, economista do FMI, que apresentou, ontem, em Brasília, um recorte do relatório *Panorama Econômico Global* (WEO, na sigla em inglês), divulgado na semana passada no encontro anual de outono (no Hemisfério Norte) do FMI, em um seminário na sede do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

De acordo com analistas do Fundo, desde a crise financeira global de 2009, as condições externas melhoraram para os mercados emergentes, mas não foi devido à “boa sorte”, mas ao aumento no número de mercados emergentes com metas de inflação e regras fiscais, juntamente com uma regulamentação macroprudencial cada vez mais rigorosa, ou seja, “boas políticas econômicas”.

“Os mercados emergentes reduziram a sensibilidade aos choques externos e, entre os países em desenvolvimento, o Brasil tem apresentado uma das melhores resiliências”, destacou o economista

André Roncaglia, diretor-executivo de Brasil do FMI, em entrevista ao **Correio** ao comentar o relatório.

O diretor do Fundo também participou do evento do Ipea, ontem, e destacou que os dados levantados pelo FMI mostram que, entre os emergentes, o Brasil vem apresentando bons resultados macroeconômicos e o quadro fiscal não é tão alarmante como o mercado financeiro tem desenhado. Na avaliação dele, há uma sinalização da equipe econômica liderada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de que o governo pretende cumprir as metas do arcabouço fiscal, apesar das dificuldades atuais.

Keiti Gomes, diretora de Estudos Internacionais do Ipea, uma das organizadoras do evento — que trouxe, pela primeira vez ao país, economistas do FMI para comentarem os dados do principal relatório da instituição —, ressaltou que, apesar de o Brasil ter apresentado indicadores recentes melhores, principalmente de emprego e renda, a desigualdade ainda é elevada no país. “Ainda temos uma distância enorme entre a renda do 1% mais rico da população entre os mais pobres, e, portanto, temos um desafio enorme para diminuir essa diferença”, afirmou.

Políticas industriais

Uma das medidas para melhorar a inclusão social é fazer o

Wesley Sousa/IPEA



De acordo com analistas do FMI, desde a crise financeira global de 2009, as condições externas melhoraram

país crescer mais, de acordo com os especialistas. Nesse sentido, a adoção de políticas industriais voltadas para a transição energética serão as próximas alavancas de desenvolvimento, especialmente de países emergentes que têm apresentado mais resiliência frente às últimas crises globais, de acordo com o economista do Fundo Rafael Machado Parente, no seminário.

“Políticas industriais voltadas para a transição verde são mais efetivas, a médio prazo, do que as direcionadas às mais tradicionais”, afirmou. Ele citou como exemplo medidas adotadas em países da União

Europeia, que estão mais preocupados em acelerar o processo de transição energética para ficarem menos dependentes de combustíveis fósseis.

Autor do estudo “*Políticas industriais: use com cuidado*”, que faz uma análise em 109 países-membros do FMI, Parente destacou que os efeitos potenciais de políticas industriais melhoraram o desempenho econômico e a produtividade das economias, mas os maiores impactos positivos são decorrentes de reformas estruturais. “O efeito positivo da política industrial só acontece em setores onde há muita distorção”, explicou.

No relatório divulgado na semana passada, o FMI reduziu novamente a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) global de 3,6%, em abril, para 3,2%, em outubro, após revisar para 3,4%, em julho. Para 2026, a previsão de expansão de 3,1%, que havia sido atualizada em julho, foi mantida, mas ficou 0,1 ponto percentual abaixo da estimativa de abril. Os novos dados confirmam a leve desaceleração da atividade econômica global frente ao avanço de 3,3% de 2024. Em relação ao Brasil, o Fundo elevou de 2,3% para 2,4% a estimativa de expansão da economia brasileira neste ano, e reduziu de 2,1% para 1,9%, em 2026.